



RELATÓRIO ANUAL 2022

O papel das empresas como agentes dinamizadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como referido no Capítulo 1 deste Relatório, o envolvimento ativo dos diferentes agentes e setores no cumprimento da Agenda 2030 é fundamental. No entanto, as empresas, pelo seu poder, dimensão na economia mundial, capacidade de investimento e pelo papel relevante na geração de riqueza, têm um papel privilegiado no contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sabemos que das 100 maiores economias do mundo, 69 são empresas (Oxfam, 2016) e que as empresas representam mais de metade do PIB mundial. O grande poder do investimento financeiro vem também do **setor privado**. Por sua vez, as empresas multinacionais têm um alcance global, tecnologia e capacidade de gerar soluções em larga escala, como nenhum outro agente económico (Sachs & Sachs, 2021). Neste sentido, podemos facilmente concluir que sem o papel ativo das empresas será impossível o cumprimento dos Objetivos 2030 (Van Tulder et al., 2021).

Assim sendo, o papel dos gestores e das agendas estratégicas e operacionais das empresas nos próximos 7 a 8 anos pode determinar o sucesso ou insucesso desta Agenda. Deste sucesso ou insucesso podem resultar numa nova década de progresso e prosperidade ou de destruição do planeta e da equidade social. Por este motivo, é fundamental que as agendas empresariais se alinhem com os ODS, para que o setor privado se torne um contributo positivo, e não negativo para os principais desafios da humanidade.

A investigação nesta área tem vindo a demonstrar que existe um grande alinhamento entre a Agenda dos ODS e a intenção das empresas de contribuir de forma positiva para os seus objetivos (Accenture & UNGC, 2019; PWC, 2019; WBSCD & DNV GL, 2018). No entanto, estas intenções nem sempre resultam em ações concretas (Van Tulder et al., 2021) por diversas razões (algumas das quais serão identificadas no Capítulo 7 deste Relatório, no que se refere ao contexto português). Existe, portanto, um *gap* (ou discrepância) entre a intenção das empresas de

contribuir de forma positiva para os ODS e as ações que realmente concretizam neste sentido.

O trabalho do *Center for Responsible Business and Leadership* nesta temática procura responder a este desafio. Este Observatório dos ODS nas empresas portuguesas, em particular, tem num dos seus objetivos (mencionado no Capítulo 2 deste relatório) a ambição de ajudar as empresas a acelerar esta agenda nas suas estratégias e operações. Este é um trabalho que, em conjunto (CRB e empresas), faremos, e que se seguirá ao diagnóstico apresentado no presente relatório.

Nas palavras de António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, o papel das empresas é **crucial para se atingirem os ODS e para erradicar a pobreza no mundo**. O problema é que não estamos no caminho certo, nem com muito tempo para o cumprimento destes Objetivos. Além de algumas barreiras à implementação associadas por vezes à linguagem complexa dos ODS, o “cherry picking” dos ODS pelas empresas, a sua não implementação no *core* do negócio empresarial e a prática do “greenwashing” podem estar a atrasar o envolvimento das empresas com a Agenda 2030.

O *cherry picking* acontece quando as empresas escolhem os ODS sem olhar a critérios estratégicos ou materiais e elegem aqueles “que parecem melhor” ou “são mais fáceis de implementar”. Esta prática desalinha os ODS trabalhados pela empresa da sua estratégia e operação. Deste modo, nem o negócio beneficia desta ação, nem a empresa contribui com máxima potencialidade para os ODS a que se propõe. É, portanto, uma opção pouco vantajosa para o negócio e para a Agenda 2030. A prática de *greenwashing* referida, apelidada também de “SDGwashing” ou “Bluwashing¹” no caso dos ODS, acontece quando a escolha e comprometimento com os ODS é comunicada, mas não praticada pelas empresas.

¹Bluwashing - blue tem origem na cor “azul” da Organização das Nações Unidas.



O trabalho em parceria

O cumprimento dos ODS e da sua ambiciosa agenda apenas poderá ser concluído com sucesso através da atuação conjunta dos diversos *stakeholders*, daí que seja fundamental para as empresas o desenvolvimento de competências para o trabalho em parceria multissetorial. Um recente *Special Issue Journal of Business Ethics* (Nonet et al., 2022) alerta-nos para este ponto, afirmando (em tradução livre) que, “devido à sua interconexão e elevado nível de complexidade, os ODS são descritos como problemas complexos que requerem parcerias intersectoriais, a inclusão das perspetivas dos vários *stakeholders*, e o envolvimento de diferentes parceiros para a criação de mudanças sistémicas” (Nonet et al., 2022, p. 5)

Neste sentido o papel das empresas como agentes de conexão entre os vários *stakeholders* é também central, considerando que as empresas podem colocar o seu poder ao serviço de agendas comuns e coordenadas. Para o mundo empresarial, este trabalho pode ser facilitado pelo facto de as empresas, principalmente as multinacionais, agregarem uma posição geográfica dispersa e abrangente com cadeias de valor e *stakeholders* posicionados em diversas regiões do globo. Quanto às PME, pelo seu peso no tecido empresarial, pela sua capacidade

de atuação e influência local, e por serem a origem (positiva ou negativa) de muitas cadeias de valor, o seu papel é também crucial na atuação *multistakeholder* necessária ao cumprimento dos ODS.

Deste modo, e considerando o papel inegável das empresas na contribuição para o sucesso da Agenda 2030, é absolutamente necessário um maior envolvimento do setor empresarial neste caminho do desenvolvimento sustentável. Para tal, as empresas devem refletir nas barreiras à implementação, procurar estabelecer alianças multissetoriais no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável a que se propõem, e não esquecer que a prosperidade da sociedade é sempre, e em última instância, a sua própria prosperidade.

Nos próximos capítulos tentaremos deixar claro o ponto de situação da implementação dos ODS no mundo e em Portugal (Capítulo 4), e concretamente no tecido empresarial português (Capítulos 5, 7 e 8), bem como traçar o início daquele que esperamos ser um caminho acelerado de implementação da Agenda 2030 nas nossas empresas e no nosso país.

Estas práticas e barreiras à ação limitam a potencialidade de contribuição do setor privado para a Agenda 2030. No entanto, o desbloqueio destes pontos e a transformação das atuais barreiras à ação em oportunidades de melhoria, poderiam ajudar a mobilizar o financiamento e atuação das empresas no cumprimento definitivo dos ODS. Na verdade, o setor privado, ao contrário do setor público, tem capacidade de financiar o *gap* anual de financiamento dos ODS estimado em cerca de 2,5 triliões de dólares americanos (Unctad, 2014).

Por outro lado, os ODS representam uma oportunidade de negócio para as empresas estimada num valor superior a 12 triliões de dólares americanos por ano (BSDC, 2017). Se encarados como uma ferramenta de negócio, o cumprimento destes Objetivos pode tornar-se numa verdadeira vantagem competitiva e fonte de criação de valor. Além disto, são ainda a garantia de uma licença para operar, especialmente numa altura em que, tanto ao nível da União Europeia como de outros enquadramentos jurídicos, há uma clara tendência no sentido de impor às empresas um reporte obrigatório e transparente, alinhado com a Agenda 2030 e as suas exigências, verificando-

se, também, existir uma crescente intransigência com as empresas que não cumprem os critérios de sustentabilidade.

Esta tendência alarga-se a todos os *stakeholders*, desde consumidores, investidores, colaboradores, fornecedores, comunidades envolventes, entre outros, que cada vez mais exigem às empresas que a sustentabilidade seja critério de gestão.

Tendo em atenção estas tendências, adotar estratégias e modelos de negócio alinhados com a sustentabilidade é, portanto, essencial para as empresas. São estas estratégias que garantem licença para operar, acesso a financiamento a preços acessíveis, lucro duradouro e potenciais vantagens competitivas alinhadas com a criação de valor para a sociedade. Os ODS, sendo a única agenda comum a todos os *stakeholders*, garantem um caminho seguro para empresas e para os restantes agentes económicos. São ainda capazes de reverter a lógica dos problemas de desenvolvimento, tornando-os oportunidades e permitindo às empresas atuar ao nível micro e estratégico, mas tendo um impacto macro e de longo prazo (Rygh, 2019).